

Entre os anos de 1980 e 1988, o Brasil transferiu, em forma de pagamento de juros da dívida externa, US\$ 91,5 bilhões líquidos para o sistema financeiro internacional. Este dado, mais do que uma especulação, é a conta oficial do nosso governo e que foi motivo de palestra do presidente do Banco Central, Wadico Bucci, em encontro de ministros de Fazenda de vários países.

Disse ainda a autoridade monetária que, apesar destes pagamentos, nossa dívida externa de longo prazo aumentou US\$ 60,9 bilhões no mesmo período. A análise do senhor Bucci deixa claro ainda que os sucessivos fracassos dos planos de estabilização da economia brasileira são em grande parte explicáveis pela incapacidade de o governo montar uma política monetária consistente, em face do impacto que têm os altos encargos da dívida externa nas contas do governo e particularmente sobre a dívida interna. Chegou mesmo a quase afirmar que de pouco ou nada adianta uma política de juros elevados se permanece a pressão pelo superávit da balança comercial.

Parece-nos que a experiência fracassada

O Brasil está em uma armadilha

do Plano Verão e a recente determinação — imposta pelas circunstâncias — de paralisar os pagamentos externos brasileiros mostram de forma cabal que o tratamento dos males econômicos do País não pode ser visto em partes, e muito menos pode ser equacionado sem que se resolva o problema externo. Ou, como já se disse à exaustão, a resolução do problema da dívida externa não soluciona a totalidade de nossos problemas econômicos; porém, sem seu correto equacionamento, nenhuma solução pode ser conseguida.

De outra parte, observando-se os números fornecidos sobre o aumento de nossa dívida, somos obrigados a reconhecer que cabe certa razão aos que dizem que usamos mal o dinheiro que nos foi emprestado. Particularmente o fizemos no período dos últimos nove anos, quando tomamos empréstimos externos apenas para pagamento de uma dívida que não diminui; ao contrário, cresce estrondosamente.

Ou seja, é evidente que a crise da dívida externa, mais que um problema dos devedores e credores, diz respeito ao sistema financeiro internacional como um todo, ou ainda a todas as nações responsáveis do globo. Não se pode aceitar que países como o Brasil fiquem como que de joelhos perante os credores mendigando dólares que nem mesmo ingressam em suas economias.

Trata-se de modificar integralmente o enfoque ortodoxo que até agora vimos empregando, ou aceitando por parte do Fundo Monetário Internacional. Podem-se apresentar modelos de outros países que, no primeiro momento, podem ter superado o problema externo. No entanto, no caso brasileiro, seguramente não podemos mais pensar em fazer nossa economia e conseqüentemente nosso povo pagar com mais sacrifícios pelos erros que o próprio sistema comete.

Nunca é demais lembrar que políticas se-

veras como as preconizadas pelo Fundo a devedores como o Chile só são possíveis em grande parte pelo regime autoritário e antidemocrático. Além das diferenças fundamentais no estágio de cada uma das economias, nem o Brasil tenciona voltar às trevas de um regime antipopular nem muito menos podemos aceitar mais prejuízos à nossa estrutura produtiva que a inviabilizem de vez a participação competitiva dentro das áreas mais nobres do comércio internacional.

O Brasil, maior devedor, encontra-se numa armadilha, da qual nem de longe poderá pensar em sair pedindo licença, como bem colocava o ex-ministro Dilson Funaro. Dela só sairemos se começarmos a levar a sério dados como os citados pelo presidente do Banco Central e entendermos na prática, por meio de negociações soberanas, que não se permite mais empurrar com a barriga o problema. Não nos iludamos com falsas promessas e propostas de emergência. Apenas se estancada a sangria de divisas a que está submetida nossa economia é que poderemos novamente pensar na reordenação econômica de longo prazo.